

Sumário

Agradecimentos.....	9
Apresentação.....	11
Nota do Autor à Décima Quarta Edição.....	13
Nota do Autor à Décima Terceira Edição.....	15
Nota do Autor à Décima Segunda Edição.....	17
Nota do Autor à Décima Primeira Edição.....	19
Nota do Autor à Décima Edição.....	21
Nota do Autor à Nona Edição.....	23
Nota do Autor à Oitava Edição.....	25
Nota do Autor à Sétima Edição.....	27
Nota do Autor à Sexta Edição.....	29
Nota do Autor à Quinta Edição.....	31
Nota do Autor à Quarta Edição.....	33
Nota do Autor à Terceira Edição.....	35

Capítulo 1

Garantias processuais e o sistema acusatório

1.1. Princípios processuais penais.....	55
1.2. A Convenção Americana de Direitos Humanos e as garantias processuais.....	55
1.3. Garantia do juiz independente e imparcial.....	58
1.4. Garantia do juiz natural.....	63
1.5. Garantias do contraditório e ampla defesa.....	68
1.6. Garantia da igualdade de partes.....	72
1.7. Garantia do estado de inocência.....	74
1.8. Garantia da motivação.....	80
1.9. Garantia da publicidade.....	88
1.10. Garantia do duplo grau de jurisdição.....	91
1.11. Garantia do processo no prazo razoável.....	94
1.12. Garantia do devido processo legal.....	102
1.13. A regra da proporcionalidade e as garantias processuais.....	103
1.14. Sistemas processuais: processo penal acusatório e inquisitório.....	110
1.14.1. Características.....	110
1.14.2. A essência do processo penal acusatório.....	111
1.14.3. Processo acusatório e iniciativa probatória do juiz.....	111

Capítulo 2

Lei processual penal no tempo, no espaço e sua interpretação

2.1. A lei processual penal no tempo.....	119
2.1.1. Normas processuais penais puras e mistas e o direito intertemporal.....	120
2.1.2. Direito intertemporal: problemas específicos.....	125
2.1.2.1. Normas sobre procedimento.....	126
2.1.2.2. Normas sobre prova.....	126
2.1.2.3. Normas sobre recursos.....	127
2.1.2.4. Normas sobre prisão e liberdade.....	130

2.2.	A lei processual penal no espaço.....	131
2.3.	Interpretação da lei processual penal.....	133

Capítulo 3

Inquérito policial e outras formas de investigação preliminar

3.1.	Noções gerais.....	137
3.2.	Inquérito policial: finalidade.....	138
3.3.	Inquéritos extrapoliciais.....	139
3.4.	Natureza jurídica e características.....	140
3.5.	Dispensabilidade do inquérito.....	145
3.6.	Âmbito de atuação da autoridade policial.....	145
3.7.	Início do inquérito policial.....	147
3.8.	<i>Notitia criminis</i> : conceito e espécies.....	151
3.9.	Diligências.....	151
3.10.	Identificação criminal.....	155
3.11.	Indiciamento.....	158
3.12.	Incomunicabilidade do preso.....	159
3.13.	Término do inquérito policial.....	160
3.14.	Arquivamento do inquérito policial.....	163
3.15.	Vícios do inquérito policial.....	168
3.16.	Valor probatório.....	169
3.17.	Investigação pelo Ministério Público.....	171
3.18.	Investigação pela defesa.....	174
3.19.	“Juiz das Garantias”.....	176
3.19.1.	Separação das fases da persecução penal: competência funcional.....	177
3.19.2.	Função e momento de atuação.....	179
3.19.3.	Processos em que não haverá atuação do juiz das garantias.....	181
3.19.3.1.	Processos de competência originária dos tribunais.....	183
3.19.3.2.	Processos de competência do Tribunal do Júri.....	186
3.19.3.3.	Processos da Lei Maria da Penha.....	186
3.19.4.	O rol de competências.....	187
3.19.5.	Do impedimento para atuar na fase de instrução e julgamento da causa.....	192
3.19.6.	Separação dos autos da investigação e dos autos do processo.....	193
3.20.	Acordo de não persecução penal.....	195

Capítulo 4

Ação penal

4.1.	Noções gerais sobre o direito de ação.....	205
4.1.1.	Teorias imanentistas do direito de ação.....	205
4.1.2.	Teorias (autonomistas) concretas do direito de ação.....	206
4.1.3.	Teorias (autonomistas) abstratas do direito de ação.....	206
4.1.4.	Teoria da ação de Liebman.....	207
4.2.	Condições da ação penal.....	207
4.2.1.	Possibilidade jurídica do pedido.....	208
4.2.2.	Interesse de agir.....	210
4.2.3.	Legitimidade de partes.....	212
4.2.4.	Justa causa para a ação penal.....	213
4.2.5.	Carência da ação: distinção entre condições da ação e mérito.....	220
4.3.	Classificação da ação penal.....	225
4.3.1.	Classificação quanto à forma de tutela jurisdicional pleiteada.....	225
4.3.2.	Critério subjetivo de classificação.....	227

4.3.3.	Determinação da espécie de ação penal	227
4.3.4.	Razão de ser das espécies de ação penal	229
4.3.5.	Características fundamentais das espécies de ação penal	229
4.4.	Ação penal pública incondicionada	230
4.4.1.	Noções gerais	230
4.4.2.	Princípios.....	230
4.5.	Ação penal pública condicionada à representação do ofendido	231
4.6.	Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.....	233
4.7.	Ação penal de iniciativa privada	234
4.7.1.	Princípios.....	234
4.7.2.	Queixa.....	235
4.8.	Extinção da punibilidade relacionada com a ação penal	236
4.8.1.	Decadência.....	236
4.8.2.	Renúncia ao direito de queixa	237
4.8.3.	Perdão do ofendido	238
4.8.4.	Perempção.....	239
4.9.	Denúncia ou queixa	240
4.9.1.	Requisitos da denúncia ou queixa.....	240
4.9.1.1.	Exposição do fato com todas as circunstâncias	241
4.9.1.2.	Qualificação do acusado.....	242
4.9.1.3.	Classificação do crime	243
4.9.1.4.	Rol de testemunhas.....	244
4.9.1.5.	Elementos autenticativos.....	244
4.9.2.	Aditamento da denúncia.....	244

Capítulo 5

Ação civil *ex delicto*

5.1.	Noções gerais	249
5.2.	Restituição, ressarcimento, reparação e indenização	249
5.3.	Ação penal e ação civil <i>ex delicto</i>	250
5.4.	Sentença penal condenatória e seus efeitos civis	251
5.4.1.	Sentença condenatória e o chamado dano moral coletivo	254
5.4.2.	Sentença condenatória e o responsável civil	259
5.4.3.	Sentença penal condenatória e a responsabilidade civil solidária	260
5.4.4.	Rescisão do julgado penal.....	262
5.5.	Efeitos civis da absolvição penal	262
5.5.1.	Absolvição por excludentes de ilicitude	265
5.5.1.1.	Legítima defesa	265
5.5.1.2.	Estado de necessidade	265
5.5.1.3.	Estrito cumprimento do dever legal	266
5.5.1.4.	Exercício regular de direito.....	266
5.5.2.	Vinculação da absolvição e contraditório	267

Capítulo 6

Competência

6.1.	Noções gerais	271
6.2.	Concretização da competência.....	272
6.3.	Da norma sobre competência: critério de competência e fator de coligamento.....	276
6.4.	Critérios de distribuição de competência	277
6.4.1.	Competência pelo lugar da infração.....	282
6.4.2.	Competência pelo domicílio ou residência do réu e a competência pelo domicílio da vítima	286

6.4.3.	Competência pela prevenção	289
6.4.4.	Competência pela natureza da infração	290
6.4.5.	Competência pela distribuição	291
6.4.6.	Competência por prerrogativa de função	293
6.5.	Prorrogação da competência	297
6.5.1.	Noções preliminares.....	297
6.5.2.	Prorrogação de competência: conceito e espécies.....	299
6.5.3.	Conexão.....	300
6.5.4.	Continência.....	303
6.5.5.	Efeitos da conexão e da continência	304
6.5.6.	Dos critérios de definição do foro prevalecente	309
6.5.7.	Desaforamento	313
6.5.8.	Incidente de deslocamento da competência para a Justiça Federal, em crimes que violam direitos humanos	313
6.6.	Disposições especiais sobre competência.....	314

Capítulo 7 **Sujeitos processuais**

7.1.	Juiz	321
7.1.1.	Dos impedimentos e incompatibilidades dos juizes.....	321
7.1.1.1.	Hipóteses de impedimentos	323
7.1.1.2.	Hipóteses de incompatibilidades.....	327
7.1.1.3.	Procedimento	328
7.1.1.4.	Efeitos	328
7.1.2.	Suspeição do juiz.....	329
7.1.2.1.	Hipóteses de suspeição	329
7.1.2.2.	Abstenção do juiz.....	331
7.1.2.3.	Atos do juiz suspeito.....	331
7.1.2.4.	Suspeição dos jurados	331
7.2.	Peritos, intérpretes, serventuários ou funcionários da Justiça.....	332
7.3.	Ministério Público.....	333
7.3.1.	Natureza jurídica	333
7.3.2.	Parte interessada ou “parte imparcial”	333
7.3.3.	Princípios do Ministério Público	335
7.3.4.	Impedimentos do Ministério Público	336
7.4.	Autoridade policial.....	337
7.5.	Acusado.....	338
7.5.1.	Questões terminológicas	338
7.5.2.	Pessoa jurídica.....	338
7.5.3.	A autodefesa do acusado.....	338
7.5.4.	Revelia do acusado	339
7.6.	Defensor.....	339
7.6.1.	Defesa técnica	339
7.6.2.	Finalidade da defesa	340
7.6.3.	Aspectos terminológicos	340
7.6.4.	Defesa técnica necessária, indisponível e efetiva.....	340
7.6.5.	Momento inicial da defesa técnica.....	341
7.7.	Curador	342
7.7.1.	Finalidade.....	342
7.8.	Assistente de acusação	343
7.8.1.	Finalidade.....	343
7.8.2.	Cabimento	344

7.8.3.	Momento	345
7.8.4.	Legitimados.....	345
7.8.5.	Poderes do assistente	348
7.8.6.	O assistente e a testemunha	349

Capítulo 8

Questões e processos incidentes

8.1.	Questões e processos incidentes	355
8.2.	Questões prejudiciais.....	356
8.2.1.	Noções gerais	356
8.2.2.	Classificações	357
8.2.3.	Questões prejudiciais sobre estado das pessoas	358
8.2.4.	Questões prejudiciais diversas do estado das pessoas.....	360
8.2.5.	Legitimados.....	362
8.2.6.	Momento de arguição	362
8.2.7.	Recurso	362
8.3.	Da exceção de suspeição e da alegação de impedimento e incompatibilidade	363
8.3.1.	Exceção de suspeição.....	363
8.3.1.1.	Abstensão do juiz.....	364
8.3.1.2.	Legitimados.....	364
8.3.1.3.	Momento da arguição	364
8.3.1.4.	Procedimento	365
8.3.1.5.	Exceção de suspeição dos jurados.....	367
8.3.1.6.	Exceção de suspeição do representante do Ministério Público	367
8.3.1.7.	Exceção de suspeição dos peritos, intérpretes, serventuários ou funcionários da Justiça	368
8.3.1.8.	Suspeição da autoridade policial.....	368
8.3.2.	Da alegação de impedimentos e incompatibilidades.....	368
8.3.2.1.	Procedimento	368
8.4.	Da exceção de incompetência	369
8.4.1.	Hipóteses de incompetência.....	369
8.4.2.	Abstensão do juiz.....	370
8.4.3.	Legitimados.....	370
8.4.4.	Momento da arguição	371
8.4.5.	Procedimento.....	371
8.5.	Exceção de litispendência e de coisa julgada	372
8.5.1.	Distinção	372
8.5.2.	Legitimados.....	374
8.5.3.	Momento de arguição	374
8.5.4.	Procedimento.....	374
8.5.5.	Recurso	375
8.6.	Exceção de ilegitimidade de parte	376
8.6.1.	Cabimento.....	376
8.6.2.	Legitimados.....	376
8.6.3.	Momento de arguição	376
8.6.4.	Procedimento.....	377
8.6.5.	Recurso	377
8.7.	Da restituição das coisas apreendidas	378
8.7.1.	Das coisas que podem ser apreendidas e restituídas	378
8.7.2.	Legitimados.....	379
8.7.3.	Momento.....	379
8.7.4.	Quem pode determinar a restituição da coisa apreendida.....	380
8.7.5.	Requisitos	380

8.7.6.	Procedimento.....	381
8.7.7.	Destino das coisas não restituídas.....	383
8.7.8.	Natureza jurídica	383
8.8.	Incidente de falsidade documental.....	384
8.8.1.	Cabimento.....	384
8.8.2.	Legitimados.....	386
8.8.3.	Momento	387
8.8.4.	Procedimento.....	387
8.9.	Incidente de insanidade mental.....	389
8.9.1.	Cabimento.....	389
8.9.2.	Legitimados.....	390
8.9.3.	Momento	391
8.9.4.	Procedimento.....	391
8.9.5.	Resultado do laudo	393

Capítulo 9 **Comunicação dos atos processuais**

9.1.	Atos de comunicação processual	399
9.2.	Citação.....	399
9.2.1.	Noções gerais e espécies de citação	399
9.2.2.	Citação por mandado.....	400
9.2.3.	Citação por edital.....	406
9.2.4.	Citação com hora certa	409
9.2.5.	Citação e revelia	410
9.2.6.	Vícios da citação.....	412
9.3.	Intimação	412

Capítulo 10 **Da prova**

10.1.	Teoria geral da prova.....	417
10.1.1.	Noções preliminares.....	417
10.1.2.	Processo penal, prova e verdade.....	417
10.1.3.	Conceitos e significados sobre a prova	422
10.1.4.	Meios de prova e meios de obtenção de prova	423
	10.1.4.1. Meios de prova.....	424
	10.1.4.2. Meios de obtenção de prova	425
10.1.5.	Prova atípica e prova anômala.....	427
10.1.6.	Das provas pré-constituídas e provas constituídas: diferenças quanto ao regime do contraditório.....	428
10.1.7.	Prova emprestada	430
10.1.8.	Objeto da prova.....	434
10.1.9.	Momentos probatórios	435
10.1.10.	Os critérios lógicos de admissibilidade das provas	436
10.1.11.	Provas ilícitas.....	439
	10.1.11.1. Provas ilícitas e provas ilegítimas: distinções.....	439
	10.1.11.2. Uma proposta de conceituação das provas ilícitas	441
	10.1.11.3. Prova ilícita por derivação	445
10.1.12.	Prova por videoconferência.....	446
10.1.13.	Sistemas de valoração da prova	449
	10.1.13.1. O valor dos elementos informativos do inquérito policial.....	451
	10.1.13.2. O valor dos elementos não produzidos em contraditório: corroboração...	452

10.1.13.3.	Exceções ao contraditório: as provas cautelares, antecipadas e irrepetíveis	454
10.1.14.	Critérios de decisão: o problema dos standards probatórios	457
10.1.14.1.	Noções gerais	457
10.1.14.2.	As críticas ao <i>standard</i> de prova “além da dúvida razoável”	459
10.1.14.3.	Propostas alternativas ao <i>standard</i> de prova “além da dúvida razoável” ..	462
10.1.15.	Ônus da prova	477
10.1.15.1.	Noções gerais	477
10.1.15.2.	Ônus da prova: espécies	478
10.1.15.3.	Ônus da prova quanto aos elementos do crime	479
10.2.	Exame de corpo de delito e outras perícias	484
10.2.1.	Conceito	484
10.2.2.	Características.....	484
10.2.3.	Classificações	485
10.2.4.	Perito	485
10.2.5.	Corpo do delito e exame de corpo de delito	486
10.2.6.	Exame de corpo de delito direto e indireto	487
10.2.7.	Procedimento probatório	488
10.2.8.	Valor probatório	491
10.2.9.	Da cadeia de custódia da prova	491
10.2.9.1.	Conceito e finalidade da cadeia de custódia	492
10.2.9.2.	Das etapas da cadeia de custódia.....	493
10.2.9.3.	Das consequências da violação da cadeia de custódia	497
10.2.9.4.	Da cadeia de custódia da prova digital	500
10.3.	Interrogatório	505
10.3.1.	Natureza jurídica	505
10.3.2.	Características.....	506
10.3.3.	Local do interrogatório	507
10.3.4.	Procedimento e conteúdo.....	507
10.3.5.	Valor probatório	508
10.4.	Confissão.....	509
10.4.1.	Conceito e elementos	509
10.4.2.	Natureza jurídica	509
10.4.3.	Classificações	510
10.4.4.	Características.....	510
10.4.5.	Valor probatório	511
10.5.	Delação ou chamamento do corréu.....	512
10.5.1.	Conceito	512
10.5.2.	Natureza jurídica	512
10.5.3.	Requisitos	513
10.5.4.	Valor probatório	513
10.5.5.	Da colaboração premiada	513
10.5.5.1.	O acordo de colaboração premiada	515
10.5.5.2.	A proposta de acordo de colaboração premiada e as tratativas do acordo...	517
10.5.5.3.	A retratação da proposta e a não celebração do acordo de colaboração...	519
10.5.5.4.	O conteúdo do acordo.....	522
10.5.5.5.	A homologação judicial do acordo	523
10.5.5.6.	A produção da prova nos processos com colaboração premiada.....	533
10.5.5.7.	O valor probatório da colaboração premiada.....	534
10.6.	Declarações do ofendido	538
10.6.1.	Posição do ofendido no processo penal	538

10.6.2.	Diferenças entre o ofendido e as testemunhas.....	538
10.6.3.	Natureza jurídica	538
10.6.4.	Procedimento probatório	539
10.6.5.	Valor probatório	539
10.7.	Prova testemunhal.....	540
10.7.1.	Conceito	540
10.7.2.	Características.....	541
10.7.3.	Classificações.....	541
10.7.4.	Dever de depor, proibição de depor e dispensa de depor	542
10.7.5.	Lugar do depoimento	543
10.7.6.	Procedimento probatório	544
10.7.7.	Contradita	547
10.7.8.	Valor probatório da prova testemunhal	548
10.8.	Acareação.....	552
10.8.1.	Conceito e características	552
10.8.2.	Procedimento probatório	552
10.8.3.	Valor probatório	554
10.9.	Reconhecimento de pessoa ou coisa	554
10.9.1.	Conceito	554
10.9.2.	Procedimento.....	555
10.9.3.	Valor probatório	557
10.10.	Prova documental	562
10.10.1.	Conceito	562
10.10.2.	Características.....	563
10.10.3.	Espécies.....	563
10.10.4.	Documento eletrônico	564
10.10.5.	Procedimento probatório	564
10.10.6.	Valor probatório	565
10.11.	Indícios e presunções.....	566
10.11.1.	Conceito	566
10.11.2.	Raciocínio indiciário.....	567
10.11.3.	Valor probatório	567
10.11.4.	Indícios e presunções	568
10.11.5.	Espécies de presunções	569
10.11.6.	Presunções simples, presunções relativas e o ônus da prova.....	569
10.11.7.	Presunções absolutas.....	570
10.12.	Busca e apreensão	571
10.12.1.	Busca domiciliar	572
10.12.2.	Busca pessoal.....	575
10.12.3.	Procedimento da busca e apreensão	579
10.13.	Interceptação telefônica.....	581
10.13.1.	Questões terminológicas	581
10.13.2.	Disciplina constitucional	583
10.13.3.	Âmbito de aplicação da Lei 9.296/1996.....	586
10.13.4.	Natureza jurídica da medida	587
10.13.5.	Requisitos para a interceptação telefônica	588
10.13.6.	Legitimados e momento	590
10.13.7.	Juiz e competência	591
10.13.8.	Procedimento probatório	592
10.13.9.	Valor probatório	596

10.14.	Intercepção ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos e acústicos	599
10.14.1.	Conceito de captação de sinais eletromagnéticos, ópticos e acústicos.....	599
10.14.2.	Natureza jurídica da medida	600
10.14.3.	Fundamento constitucional	600
10.14.4.	Espécies de intercepções ambientais	603
10.14.5.	Requisitos para a intercepção ambiental.....	607
10.14.6.	Procedimento probatório	609

Capítulo 11

Sentença e coisa julgada

11.1.	Sentença	615
11.1.1.	Conceito	615
11.1.2.	Classificação e denominações	615
11.1.3.	Requisitos da sentença	616
11.1.4.	Sentença absolutória	619
11.1.5.	Sentença condenatória	620
11.1.6.	Intimação da sentença.....	626
11.1.7.	Efeitos da sentença.....	627
11.2.	Correlação entre acusação e sentença	628
11.2.1.	Noções gerais	628
11.2.2.	<i>Emendatio libelli</i> (CPP, art. 383)	629
11.2.3.	<i>Mutatio libelli</i> (CPP, art. 384).....	630
11.3.	Coisa julgada.....	636
11.3.1.	Noções gerais	636
11.3.2.	Coisa julgada formal.....	637
11.3.3.	Coisa julgada material.....	638
11.3.4.	Limites objetivos da coisa julgada	638
11.3.4.1.	Problemas específicos	640
11.3.5.	Limites subjetivos da coisa julgada	641
11.3.5.1.	Problemas específicos	642

Capítulo 12

Do processo

12.1.	Natureza do processo	647
12.2.	Objeto do processo penal	652
12.2.1.	A irrelevância da lide penal	652
12.2.2.	A pretensão punitiva: pretensão material	659
12.2.3.	O objeto do processo como o conteúdo da imputação penal.....	663
12.3.	Dos chamados pressupostos processuais.....	666

Capítulo 13

Dos procedimentos: procedimento ordinário, sumário, sumaríssimo e procedimentos especiais

13.1.	Noções preliminares	673
13.2.	Do procedimento comum ordinário.....	676
13.2.1.	Oferecimento da denúncia ou queixa.....	676
13.2.2.	Recebimento da denúncia ou queixa, ou sua rejeição liminar	677
13.2.3.	Citação do acusado.....	679
13.2.4.	Resposta.....	679
13.2.5.	Absolvição sumária	683
13.2.6.	Possibilidade de rejeição da denúncia ou queixa.....	685
13.2.7.	Audiência de instrução, debates e julgamento.....	687

13.2.7.1.	Declarações do ofendido	687
13.2.7.2.	Oitiva das testemunhas de acusação e de defesa.....	687
13.2.7.3.	Esclarecimentos dos peritos	691
13.2.7.4.	Acareações e reconhecimento de pessoas ou coisas.....	691
13.2.7.5.	Interrogatório	692
13.2.7.6.	Diligências complementares	693
13.2.7.7.	Alegações finais	694
13.2.7.8.	Sentença.....	696
13.3.	Procedimento sumário	699
13.3.1.	Aplicação do procedimento sumário	700
13.3.2.	O procedimento sumário (arts. 531 e 538).....	700
13.4.	Do procedimento sumaríssimo nos juizados especiais criminais.....	702
13.4.1.	Noções preliminares.....	702
13.4.2.	Infração penal de menor potencial ofensivo.....	703
13.4.3.	Processo penal consensual.....	704
13.4.3.1.	Composição civil	705
13.4.3.2.	Representação do ofendido	705
13.4.3.3.	Transação penal	706
13.4.3.4.	Suspensão condicional do processo	711
13.4.4.	Procedimento.....	715
13.4.4.1.	Termo circunstanciado	716
13.4.4.2.	Audiência preliminar	717
13.4.4.3.	Audiência de instrução e julgamento	720
13.5.	Do procedimento dos crimes dolosos contra a vida: o Tribunal do Júri.....	724
13.5.1.	Noções preliminares.....	724
13.5.2.	Características constitucionais do júri brasileiro	725
13.5.2.1.	Plenitude de defesa	725
13.5.2.2.	Sigilo das votações	726
13.5.2.3.	Soberania dos veredictos	727
13.5.2.4.	Competência para julgar os crimes dolosos contra a vida	727
13.5.3.	Procedimento no juízo de acusação	730
13.5.3.1.	Oferecimento da denúncia ou queixa.....	730
13.5.3.2.	Juízo de admissibilidade da acusação.....	730
13.5.3.3.	Citação do acusado.....	730
13.5.3.4.	Resposta.....	731
13.5.3.5.	Réplica	731
13.5.3.6.	Absolvição sumária do art. 397	731
13.5.3.7.	Audiência de instrução, debates e julgamento	732
13.5.3.7.1.	Declarações do ofendido.....	733
13.5.3.7.2.	Oitiva das testemunhas de acusação e de defesa.....	733
13.5.3.7.3.	Esclarecimentos dos peritos, acareações e reconheci- mento de pessoas ou coisas.....	734
13.5.3.7.4.	Interrogatório.....	734
13.5.3.7.5.	Alegações finais.....	734
13.5.4.	Pronúncia	736
13.5.5.	Impronúncia	741
13.5.6.	Absolvição sumária	742
13.5.7.	Desclassificação	744
13.5.8.	Juízo da causa – Noções preliminares.....	746
13.5.9.	Requerimento de diligências da acusação e da defesa	747
13.5.10.	Preparação do processo	748

13.5.11.	Desaforamento	748
13.5.12.	Aceleração do julgamento	752
13.5.13.	Ordem dos julgamentos.....	752
13.5.14.	A função dos jurados e a organização do júri	753
13.5.15.	Formação e convocação do júri.....	756
13.5.16.	Do julgamento pelo júri	756
13.5.16.1.	Verificação da presença das partes e testemunhas	756
13.5.16.2.	Verificação da urna, chamada dos jurados e instalação	758
13.5.16.3.	Pregão e adiamentos.....	759
13.5.16.4.	Impedimentos, suspeições e incomunicabilidade dos jurados.....	759
13.5.16.5.	Verificação das cédulas, sorteio dos jurados e recusas	762
13.5.16.6.	Compromisso dos jurados.....	763
13.5.16.7.	Oitiva da vítima e das testemunhas	763
13.5.16.8.	Acareações, reconhecimentos de pessoas ou coisas e esclarecimentos dos peritos	764
13.5.16.9.	Leitura de peças	765
13.5.16.10.	Interrogatório do acusado	767
13.5.16.11.	Uso de algemas.....	768
13.5.16.12.	Debates orais	769
13.5.16.13.	Vedação de utilização de argumentos	772
13.5.16.14.	Juntada de documentos	774
13.5.16.15.	Conclusão dos debates e esclarecimentos aos jurados.....	776
13.5.16.16.	Provas essenciais e dissolução do conselho de sentença.....	776
13.5.16.17.	Leitura dos quesitos.....	777
13.5.16.18.	Sala secreta	778
13.5.16.19.	Quesitos	778
13.5.16.20.	Votação dos quesitos	783
13.5.16.21.	Sentença.....	784
13.5.16.22.	Desclassificação pelo conselho de sentença.....	787
13.5.16.23.	Leitura da sentença.....	789
13.6.	Procedimento dos crimes falimentares.....	790
13.6.1.	Noções gerais	790
13.6.2.	Extinção do inquérito judicial.....	790
13.6.3.	Ação penal subsidiária	791
13.6.4.	Sentença declaratória da falência.....	791
13.6.5.	Recebimento da denúncia	792
13.6.6.	Competência do juiz criminal.....	792
13.7.	Do procedimento dos crimes praticados por funcionários públicos.....	793
13.7.1.	Reflexos da Lei 11.719/2008 no procedimento especial	793
13.7.2.	Cabimento do procedimento	794
13.7.3.	Competência e foro por prerrogativa de função.....	795
13.7.4.	Denúncia	795
13.7.5.	Resposta escrita.....	796
13.7.6.	Recebimento da denúncia	798
13.7.7.	Rejeição da denúncia.....	799
13.8.	Procedimento dos crimes contra a honra	800
13.8.1.	Noções gerais	800
13.8.2.	Cabimento.....	801
13.8.3.	Audiência de reconciliação.....	801
13.8.4.	Exceção da verdade	804
13.8.5.	Exceção da notoriedade do fato	806

13.8.6.	Pedido de explicações.....	807
13.9.	Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial.....	809
13.9.1.	Noções gerais	809
13.9.2.	Procedimento para os crimes de ação penal de iniciativa privada	810
13.9.2.1.	O exame pericial	810
13.9.2.2.	Ação penal	813
13.9.3.	Procedimento especial nos crimes de ação penal pública.....	816
13.9.4.	Procedimento na Lei da Propriedade Industrial	818
13.10.	Do procedimento especial dos crimes de drogas	820
13.10.1.	Noções gerais	820
13.10.2.	Procedimento de drogas	821
13.10.3.	Procedimento aplicável no caso de concurso de crimes.....	822
13.10.4.	Inquérito policial	822
13.10.5.	Oferecimento da denúncia	824
13.10.6.	Possibilidade de rejeição da denúncia	825
13.10.7.	Notificação	826
13.10.8.	Resposta.....	826
13.10.9.	Diligências	827
13.10.10.	Juízo de admissibilidade da acusação.....	828
13.10.11.	Possibilidade de absolvição sumária.....	830
13.10.12.	Audiência de instrução e julgamento	831

Capítulo 14

Nulidade dos atos processuais

14.1.	Noções gerais.....	843
14.2.	Atos inexistentes.....	844
14.3.	Nulidades absolutas	848
14.4.	Nulidades relativas	848
14.5.	Princípios relativos às nulidades.....	849
14.5.1.	Princípio do prejuízo ou da instrumentalidade das formas.....	849
14.5.2.	Princípio da causalidade.....	851
14.5.3.	Princípio do interesse.....	851
14.6.	Nulidades cominadas no CPP.....	852
14.7.	Convalidação dos atos processuais.....	860
14.8.	Meios para alegar as nulidades.....	862

Capítulo 15

Recursos

15.1.	Teoria geral dos recursos	867
15.1.1.	Fundamento do direito ao recurso	867
15.1.2.	Conceito e classificações.....	868
15.1.3.	Princípios relativos aos recursos	869
15.1.3.1.	Taxatividade	869
15.1.3.2.	Unirrecorribilidade das decisões.....	869
15.1.3.3.	Fungibilidade recursal	870
15.1.3.4.	Dialeticidade.....	873
15.1.3.5.	Disponibilidade	873
15.1.3.6.	Irrecorribilidade das decisões interlocutórias.....	874
15.1.3.7.	Personalidade dos recursos e proibição de <i>reformatio in pejus</i>	875
15.1.4.	Efeitos dos recursos	877
15.1.4.1.	Efeito devolutivo.....	878

15.1.4.2.	Efeito suspensivo	878
15.1.4.3.	Efeito regressivo ou iterativo	881
15.1.4.4.	Efeito extensivo	881
15.1.5.	Juízo de admissibilidade e juízo de mérito	882
15.1.5.1.	Juízo de admissibilidade	882
15.1.5.2.	Juízo de mérito	883
15.1.6.	Requisitos de admissibilidade	884
15.1.6.1.	Cabimento	884
15.1.6.2.	Tempestividade	885
15.1.6.3.	Regularidade formal	890
15.1.6.4.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo	891
15.1.6.4.1.	Fatos impeditivos	891
15.1.6.4.2.	Fatos extintivos	894
15.1.6.5.	Legitimidade	896
15.1.6.6.	Interesse	899
15.2.	Apelação	902
15.2.1.	Noções gerais	902
15.2.2.	Requisitos de admissibilidade	902
15.2.2.1.	Cabimento – CPP, art. 593	902
15.2.2.2.	Tempestividade	906
15.2.2.3.	Regularidade formal	907
15.2.2.4.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo	908
15.2.2.5.	Legitimidade	909
15.2.2.6.	Interesse	909
15.2.3.	Procedimento	909
15.2.4.	Efeitos da apelação	910
15.3.	Recurso em sentido estrito	914
15.3.1.	Noções gerais	914
15.3.2.	Requisitos de admissibilidade	915
15.3.2.1.	Cabimento – CPP, art. 581	915
15.3.2.2.	Tempestividade	921
15.3.2.3.	Regularidade formal	921
15.3.2.4.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo	922
15.3.2.5.	Legitimidade	923
15.3.2.6.	Interesse	923
15.3.3.	Procedimento	923
15.3.4.	Efeitos do recurso em sentido estrito	924
15.4.	Embargos de declaração	925
15.4.1.	Noções gerais	925
15.4.2.	Requisitos de admissibilidade	926
15.4.2.1.	Cabimento	926
15.4.2.2.	Tempestividade	928
15.4.2.3.	Regularidade formal	928
15.4.2.4.	Legitimidade e interesse	928
15.4.3.	Procedimento	929
15.4.4.	Efeitos dos embargos de declaração	929
15.4.5.	Suspensão ou interrupção do prazo de outros recursos	931
15.4.6.	Julgamento dos embargos de declaração	932
15.5.	Embargos infringentes e de nulidades	933
15.5.1.	Noções gerais	933
15.5.2.	Requisitos de admissibilidade	934

15.5.2.1.	Cabimento (CPP, art. 609, parágrafo único).....	934
15.5.2.2.	Tempestividade.....	935
15.5.2.3.	Regularidade formal.....	937
15.5.2.4.	Legitimidade e interesse.....	937
15.5.3.	Procedimento.....	937
15.5.4.	Efeitos dos embargos infringentes.....	938
15.6.	Carta testemunhável.....	939
15.6.1.	Noções gerais.....	939
15.6.2.	Requisitos de admissibilidade.....	939
15.6.2.1.	Cabimento.....	939
15.6.2.2.	Tempestividade.....	940
15.6.2.3.	Legitimidade.....	941
15.6.3.	Procedimento.....	941
15.6.4.	Efeitos da carta testemunhável.....	943
15.7.	Correição parcial.....	943
15.7.1.	Noções gerais.....	943
15.7.2.	Requisitos de admissibilidade.....	944
15.7.2.1.	Cabimento.....	944
15.7.2.2.	Tempestividade.....	947
15.7.2.3.	Legitimidade.....	947
15.7.3.	Procedimento.....	947
15.7.4.	Efeitos da correição parcial.....	948
15.8.	Recursos especial e extraordinário.....	949
15.8.1.	Noções gerais.....	949
15.8.2.	Pressupostos de admissibilidade dos recursos.....	950
15.8.2.1.	Cabimento.....	950
15.8.2.1.1.	Questões comuns.....	950
15.8.2.1.2.	Hipóteses de cabimento do recurso extraordinário.....	954
15.8.2.1.3.	Hipóteses de cabimento do recurso especial.....	964
15.8.2.2.	Tempestividade.....	967
15.8.2.3.	Ausência de fato impeditivo ou extintivo.....	968
15.8.2.4.	Legitimidade.....	968
15.8.2.5.	Interesse.....	968
15.8.3.	Procedimento.....	969
15.8.4.	Do julgamento dos recursos extraordinário e especial repetitivos.....	971
15.8.5.	Recurso extraordinário e especial representativos da controvérsia em matéria penal.....	978
15.8.6.	Efeitos dos recursos especial e extraordinário.....	987
15.9.	Agravo contra decisão denegatória de recursos especial e extraordinário.....	989
15.9.1.	Noções gerais.....	989
15.9.2.	O agravo no Código de Processo Civil.....	990
15.9.3.	Requisitos de admissibilidade.....	990
15.9.3.1.	Cabimento.....	990
15.9.3.2.	Tempestividade.....	991
15.9.4.	Procedimento.....	991
15.9.5.	Efeitos do agravo.....	992
15.10.	Embargos de Divergência.....	993
15.10.1.	Noções gerais.....	993
15.10.2.	Requisitos de admissibilidade.....	993
15.10.2.1.	Cabimento.....	993
15.10.2.1.1.	Características do acórdão embargado.....	994
15.10.2.1.2.	Características do acórdão paradigma.....	995

15.10.2.2.	Tempestividade.....	996
15.10.2.3.	Regularidade formal: comprovação e exposição da divergência.....	996
15.10.2.4.	Ausência de fato impeditivo	998
15.10.2.5.	Legitimidade e interesse.....	999
15.10.3.	Procedimento.....	1000
15.10.3.1.	Embargos de Divergência no STF.....	1000
15.10.3.2.	Embargos de Divergência no STJ.....	1001
15.10.4.	Efeitos dos Embargos de Divergência	1001
15.11.	Agravo em execução	1002
15.11.1.	Noções gerais	1002
15.11.2.	Requisitos de admissibilidade	1003
15.11.2.1.	Cabimento.....	1003
15.11.2.2.	Tempestividade.....	1003
15.11.2.3.	Legitimidade e interesse.....	1003
15.11.3.	Procedimento.....	1003
15.11.4.	Efeitos do agravo em execução.....	1004

Capítulo 16

Habeas corpus

16.1.	Natureza jurídica	1009
16.2.	Notícias históricas	1009
16.3.	Tutela jurisdicional.....	1010
16.4.	Condições da ação.....	1011
16.4.1.	Interesse de agir: não cabimento por vedação legal	1011
16.4.2.	Interesse de agir: adequação e necessidade	1012
16.4.3.	Legitimidade	1019
16.4.3.1.	Legitimados ativos.....	1019
16.4.3.2.	Legitimidade passiva.....	1020
16.5.	Pressupostos processuais.....	1021
16.6.	Competência.....	1023
16.7.	Procedimento	1025
16.8.	<i>Standard</i> de prova e ônus da prova	1027
16.9.	Recurso ordinário em <i>habeas corpus</i>	1030
16.9.1.	Requisitos de admissibilidade	1030
16.9.1.1.	Cabimento.....	1030
16.9.1.2.	Legitimidade recursal	1032
16.9.1.3.	Interesse recursal	1033
16.9.1.4.	Ausência de fato impeditivo	1033
16.9.1.5.	Tempestividade.....	1033
16.9.2.	Procedimento.....	1034
16.9.3.	Efeitos do recurso ordinário em <i>habeas corpus</i>	1034

Capítulo 17

Revisão criminal

17.1.	Noções gerais	1037
17.2.	Condições da ação.....	1038
17.2.1.	Interesse de agir: hipótese de cabimento prevista em lei	1038
17.2.2.	Interesse de agir: necessidade e adequação	1044
17.2.3.	Legitimidade	1045
17.3.	Pressupostos processuais.....	1046
17.4.	Procedimento	1047
17.5.	<i>Standard</i> de prova e Ônus da prova	1049
17.6.	Efeitos da sentença absolutória.....	1050

17.7.	Coisa julgada.....	1051
17.8.	Indenização pelo erro judiciário.....	1051

Capítulo 18 Medidas cautelares

18.1.	Teoria geral da tutela cautelar processual penal.....	1055
18.1.1.	Espécies de medidas cautelares.....	1055
18.1.2.	Características das tutelas cautelares.....	1056
18.1.2.1.	Instrumentalidade hipotética.....	1056
18.1.2.2.	Acessoriedade.....	1056
18.1.2.3.	Preventividade.....	1057
18.1.2.4.	Provisoriedade.....	1057
18.1.2.5.	Cognição sumária.....	1059
18.1.2.6.	Referibilidade.....	1060
18.1.2.7.	Proporcionalidade.....	1061
18.1.3.	Legalidade das medidas cautelares penais.....	1061
18.1.4.	Processo cautelar e medidas cautelares penais.....	1063
18.1.5.	Tutela cautelar e a impossibilidade de antecipação de tutela no processo penal.....	1064
18.2.	Medidas cautelares pessoais.....	1067
18.2.1.	Características das medidas cautelares pessoais.....	1069
18.2.1.1.	Necessidade e adequação das medidas cautelares.....	1069
18.2.1.2.	A proporcionalidade da prisão preventiva: pena provável a ser aplicada.....	1071
18.2.1.3.	Contraditoriedade.....	1074
18.2.1.4.	Excepcionalidade da prisão preventiva.....	1074
18.2.1.5.	Cumulatividade.....	1075
18.2.2.	Prisão em flagrante.....	1075
18.2.2.1.	Conceito e finalidade.....	1075
18.2.2.2.	Classificação.....	1076
18.2.2.3.	Situação de flagrante.....	1076
18.2.2.4.	Situações especiais.....	1077
18.2.2.5.	Formalidades do auto de prisão em flagrante delito.....	1079
18.2.2.6.	Infração cometida na presença de autoridade ou contra autoridade... ..	1081
18.2.2.7.	Comunicação da prisão em flagrante e sua apreciação judicial.....	1082
18.2.3.	Prisão preventiva.....	1084
18.2.3.1.	Momento para decretação.....	1084
18.2.3.2.	Legitimidade para requerer a prisão.....	1085
18.2.3.3.	Legitimidade para decretar a prisão.....	1087
18.2.3.4.	Pressupostos positivos para a decretação da prisão preventiva.....	1087
18.2.3.5.	Pressupostos negativos para a decretação da prisão preventiva.....	1088
18.2.3.6.	Requisitos positivos da prisão preventiva.....	1089
18.2.3.6.1.	Garantia da ordem pública.....	1090
18.2.3.6.2.	Garantia da ordem econômica.....	1095
18.2.3.6.3.	Conveniência da instrução criminal.....	1096
18.2.3.6.4.	Assegurar a aplicação da lei penal.....	1097
18.2.3.6.5.	O <i>periculum libertatis</i> subsidiário: o descumprimento de medida cautelar alternativa à prisão.....	1098
18.2.3.7.	Hipóteses de cabimento da decretação da prisão preventiva.....	1099
18.2.3.7.1.	A proporcionalidade com a pena provável a ser aplicada... ..	1101
18.2.3.8.	Necessidade de fundamentação.....	1102
18.2.3.9.	Prisão domiciliar.....	1104
18.2.3.10.	Revogação da prisão preventiva e sua revisão periódica.....	1107

18.2.4.	Prisão temporária	1109
18.2.4.1.	Hipóteses de cabimento	1110
18.2.4.2.	Momentos para a decretação da prisão temporária	1111
18.2.4.3.	Legitimados para requerer a prisão temporária	1112
18.2.4.4.	Prazo e término da prisão temporária	1112
18.2.4.5.	Fundamentação da decretação da prisão temporária	1113
18.2.5.	Audiência de custódia	1113
18.2.5.1.	Da denominação: audiência de custódia	1113
18.2.5.2.	A garantia do art. 7.5 da CADH	1114
18.2.5.3.	Do conteúdo do direito da pessoa presa ser conduzida, sem demora, à presença de um juiz	1115
18.2.5.4.	Da natureza autoaplicável da norma do art. 7.5 da CADH	1120
18.2.5.5.	Da consequência da inobservância da audiência de custódia	1121
18.2.5.6.	Do procedimento da audiência de custódia	1121
18.2.6.	Medidas cautelares alternativas à prisão	1127
18.2.6.1.	Medidas alternativas à prisão preventiva	1127
18.2.6.2.	Natureza: as medidas alternativas à prisão são medidas cautelares? ...	1128
18.2.6.3.	Pressuposto, requisitos e hipóteses de cabimento das medidas alternativas à prisão	1129
18.2.6.4.	Características: preferibilidade e cumulatividade	1131
18.2.6.5.	Variabilidade das medidas cautelares alternativas à prisão	1132
18.2.6.6.	Taxatividade das medidas alternativas à prisão ou poder geral de cautela?	1134
18.2.6.7.	Medidas em espécie	1136
18.2.6.7.1.	Comparecimento periódico a juízo	1136
18.2.6.7.2.	Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares	1137
18.2.6.7.3.	Proibição de contato com pessoa determinada	1139
18.2.6.7.4.	Proibição de ausentar-se da comarca	1140
18.2.6.7.5.	Recolhimento domiciliar noturno	1142
18.2.6.7.6.	Suspensão de função pública ou atividade econômica ou financeira	1143
18.2.6.7.7.	Internação provisória do acusado inimputável ou semi-imputável	1148
18.2.6.7.8.	Fiança	1150
18.2.6.7.8.1.	Cabimento e os crimes inafiançáveis ...	1151
18.2.6.7.8.2.	Cabimento e hipóteses de inafiançabilidade	1153
18.2.6.7.8.3.	Legitimidade para conceder a fiança ...	1154
18.2.6.7.8.4.	Valor da fiança	1155
18.2.6.7.8.5.	Destino dos bens dados em fiança	1156
18.2.6.7.8.6.	Vicissitudes da fiança: cassação, reforço, quebra e perda	1158
18.2.6.7.9.	Monitoração eletrônica	1161
18.2.6.7.10.	Proibição de ausentar-se do país	1162
18.2.7.	Liberdade provisória	1163
18.2.7.1.	Noções gerais	1163
18.2.7.2.	Natureza jurídica	1164
18.2.7.3.	Vedação da liberdade provisória	1164
18.2.7.4.	Classificação	1165
18.2.7.5.	Momento	1166
18.2.7.6.	Concessão da liberdade provisória	1166

18.2.7.7.	Liberdade provisória no caso de excludente de ilicitude.....	1166
18.2.7.8.	Liberdade provisória no caso do acusado “pobre”	1167
18.2.7.9.	Liberdade provisória mediante fiança.....	1168
18.2.8.	Medidas protetivas de urgência.....	1168
18.2.8.1.	Natureza: as medidas protetivas de urgência são medidas cautelares?...	1168
18.2.8.2.	Características: cumulatividade e variabilidade	1173
18.2.8.3.	Medidas em espécie.....	1174
18.2.8.3.1.	Suspensão da posse ou porte de arma de fogo	1175
18.2.8.3.2.	Afastamento do lar	1176
18.2.8.3.3.	Proibição de determinadas condutas.....	1176
18.2.8.3.4.	Restrição ou suspensão de visitas aos dependentes	1177
18.2.8.3.5.	Prestação de alimentos provisionais ou provisórios	1178
18.2.8.3.6.	Comparecimento a programa de recuperação ou reeducação	1179
18.2.8.3.7.	Acompanhamento psicossocial	1180
18.2.8.4.	O valor da palavra da vítima para decretação das medidas protetivas de urgência	1180
18.3.	Medidas cautelares patrimoniais	1182
18.3.1.	Sequestro	1184
18.3.1.1.	Sequestro de bens imóveis	1185
18.3.1.1.1.	Objeto	1185
18.3.1.1.2.	Requisito.....	1186
18.3.1.1.3.	Legitimados.....	1186
18.3.1.1.4.	Momento	1187
18.3.1.1.5.	Finalidade.....	1187
18.3.1.1.6.	Levantamento	1188
18.3.1.1.7.	Influência do resultado do processo condenatório.....	1189
18.3.1.2.	Sequestro de bens móveis	1190
18.3.1.3.	Meios de defesa contra o sequestro de bens.....	1190
18.3.1.4.	Sequestro subsidiário do art. 91, § 2.º, do Código Penal.....	1195
18.3.1.5.	Sequestro do Decreto-lei 3.240/1941: divergência sobre sua revogação	1197
18.3.2.	Especialização e registro da hipoteca legal.....	1199
18.3.2.1.	Objeto	1200
18.3.2.2.	Requisito.....	1200
18.3.2.3.	Legitimados.....	1200
18.3.2.4.	Momento.....	1201
18.3.2.5.	Procedimento	1202
18.3.2.6.	Finalidade.....	1203
18.3.3.	Arresto prévio à especialização e registro da hipoteca legal.....	1204
18.3.4.	Arresto subsidiário de bens móveis	1205
18.3.5.	Da alienação antecipada	1206
18.3.5.1.	Finalidade e hipótese de cabimento.....	1206
18.3.5.2.	Procedimento	1207
18.3.6.	Da utilização dos bens constrictos.....	1211
18.3.6.1.	Finalidade e hipótese de cabimento.....	1211
18.3.6.2.	Procedimento	1211
	Referências bibliográficas	1219